Saúde na agenda de desenvolvimento

hefes de estado de diversos países se reuniram na sede da Organização das Nações Unidas (ONU) em Nova lorque para declarar seu apoio e compromisso ao enfrentamento da epidemia de doenças crônicas não transmissíveis no mundo. A reunião, ocorrida há três anos, deu-se pelo fato de que o avanço dessa epidemia não representa apenas um problema para a saúde da população mundial, mas também um grande entrave para o desenvolvimento social e econômico. Em julho deste ano, uma nova Reunião Plenária de Alto Nível da Assembleia Geral da ONU foi convocada para avaliar os avanços alcançados desde a implementação da declaração política adotada em 2011, por meio da qual os países se comprometeram a desenvolver planos para prevenção e controle das doenças crônicas não transmissíveis. Apesar de haver vontade política para enfrentar esse desafio, o panorama apresentado na reunião deste ano demonstra que muito ainda precisa ser feito para que as metas acordadas sejam alcançadas, e que os países precisarão de apoio técnico e financiamento para implementar as necessárias ações de controle.

Por ano, 38 milhões de pessoas morrem por alguma doença crônica não transmissível, principalmente doenças cardiovasculares, respiratórias, diabetes e câncer. Desse total, pelo menos 14 milhões de mortes são consideradas prematuras, já que ocorrem entre 30 e 70 anos, e 85% acontecem em países em desenvolvimento, que dependem dessas

pessoas para alavancar seu crescimento. Margaret Chan, diretora-geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), durante seu discurso na abertura da reunião, afirmou que a declaração política de 2011 foi um divisor de águas, uma vez que chefes de estado reconheceram formalmente que as doenças crônicas não transmissíveis representam uma ameaça para a saúde, a economia e toda a sociedade. "O enfrentamento dessas doenças foi colocado como alta prioridade na agenda de desenvolvimento. A OMS definiu mecanismos globais e um roteiro para ação e monitoramento multissetoriais coordenados. No nível dos países, apesar de algumas claras melhorias, o progresso geral permanece insuficiente e desigual", declarou a diretora-geral.

FALTA DE FINANCIAMENTO

Paula Johns, diretora executiva da Aliança de Controle do Tabagismo Brasil (ACT-Br), que participou da reunião como observadora e representante da sociedade civil, considera que, da implementação da declaração política até agora, não houve tempo suficiente para que impactos pudessem ser percebidos. Segundo a diretora, a reunião serviu para reafirmar o compromisso político com a questão. "Entretanto, essa reunião não teve o mesmo peso da primeira. Em 2011 tivemos vários chefes de estado participando e este ano nenhum chefe esteve presente. Acredito que o comprometimento dos

países poderia ser mais incisivo", comentou. Paula ainda destacou que a falta de grandes financiadores, inclusive para o mecanismo global de governança das ações multissetoriais, causou frustração generalizada entre os participantes. "Os países querem fazer, mas necessitam de ajuda e nenhuma entidade internacional se posicionou até o momento como potencial financiadora das ações", afirma.

"A reunião de Nova Iorque ampliou o compromisso para o enfrentamento eficaz das doenças crônicas não transmissíveis, o que é essencial para reduzir as desigualdades na saúde e garantir o acesso aos cuidados adequados à população, especialmente para os grupos vulneráveis"

DEBORAH MALTA, diretora do DEVDANT-PS do Ministério da Saúde

A fim de responder a essa necessidade de oferta de recursos técnicos e financeiros para os países implementarem seus planos de prevenção e controle das DCNTs, a ONU criou, em 2013, uma força-tarefa interagências. "Lideradas pela OMS, mais de 20 agências da Organização das Nações Unidas, como o Banco Mundial e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, trabalham em conjunto na identificação de sinergias que possam impactar o avanço das doenças crônicas não transmissíveis" explicou Andreas Ullrich, oficial médico em Controle de Câncer da OMS. Para o médico, o fato de as metas de desenvolvimento do milênio para 2015 não incluírem especificamente o enfrentamento das DCNTs pode dificultar o aporte de financiamento. Por isso é necessário que o comprometimento político com essa questão seja constantemente renovado.

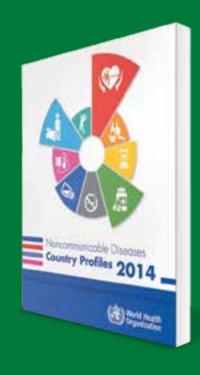
PARCERIAS INOVADORAS

Em mensagem lida na reunião por sua chefe de gabinete, Susana Malcorra, o secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, afirmou que a crescente demanda dos países por ajuda técnica torna necessário que todo o sistema das Nações Unidas incorpore o enfrentamento das doenças crônicas não transmissíveis como prioridade e desenvolva parcerias inovadoras. De acordo com Ban Ki-moon, mecanismos globais de monitoramento e coordenação serão os alicerces para ações de *advocacy*, desenvolvimento de políticas e ação global. Na mensagem, o secretário-geral ainda afirma que o sucesso dependerá de novas maneiras de fortalecer a capacidade de

LANÇADA PUBLICAÇÃO

Durante a reunião, a Organização Mundial da Saúde (OMS) lançou relatório com o panorama atualizado da situação das doenças crônicas não-transmissíveis no mundo. A publicação, que apresenta informações relativas a 194 países, mostra que 95% dos que responderam ao último inquérito da OMS têm um departamento ou unidade específica dentro de seu Ministério da Saúde para enfrentar tais doenças. Metade dos países do mundo já conta com um plano nacional e orçamento para esse enfrentamento, e o número de países que vem monitorando os principais fatores de risco dobrou desde 2010. A maioria dos países apresentou progresso no controle desta epidemia, e as mortes por doenças crônicas não-transmissíveis aumentaram mais no sudeste asiático e na região oeste do pacífico. No Brasil, a probabilidade de morrer prematuramente por uma das quatro principais doenças crônicas não-transmissíveis é de 19%.

A publicação completa está disponível em: http://bit.ly/VSjeKm



os países adotarem medidas mais ousadas e destacou a necessidade de melhorar o acesso a medicamentos para o tratamento dessas doenças. Apontou também a importância de o setor privado deixar de fazer propagandas de alimentos pouco saudáveis para crianças e diminuir a produção de alimentos com baixos teores de gordura, açúcar e sal.

A experiência do Brasil em acordos firmados com as indústrias alimentícias para redução dos níveis de gordura e sal dos alimentos e nas políticas de controle do tabagismo foi mencionada na reunião. Para a diretora do Departamento de Vigilância de Doenças e Agravos Não Transmissíveis e Promoção da Saúde (DEVDANT-PS) do Ministério da Saúde. Deborah Malta, o encontro representou um avanço e renovou o comprometimento de todos os países com a questão. "A reunião de Nova Iorque ampliou o compromisso para o enfrentamento eficaz das doenças crônicas não transmissíveis, o que é essencial para reduzir as desigualdades na saúde e garantir o acesso aos cuidados adequados à população, especialmente para os grupos vulneráveis. Esse compromisso no Brasil foi fortalecido com a realização do IV Fórum de DCNTs, em agosto, com a participação do governo, sociedade civil e profissionais de saúde de estados e municípios", diz Deborah.

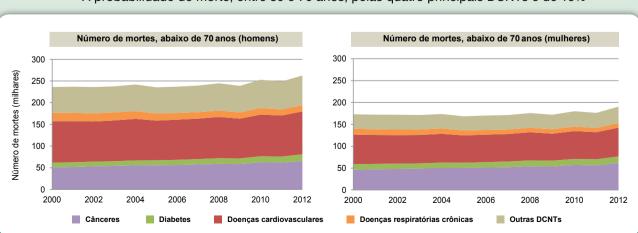
NOVO CENÁRIO

Para a diretora-geral da OMS, o próprio desenvolvimento socioeconômico favoreceu a epidemia de doenças crônicas não transmissíveis. "O crescimento econômico, a modernização e a urbanização possibilitaram a globalização de estilos de vida pouco saudáveis. Fatores de risco para doenças não transmissíveis estão se tornando parte do próprio tecido da sociedade moderna", afirma Margaret Chan. As doenças crônicas não transmissíveis ultrapassaram as doenças infecciosas como principais causas de mortalidade, o que, de acordo com a diretora-geral, cria a necessidade de mudança na mentalidade da saúde pública. "Os sistemas de saúde nos países em desenvolvimento devem mover seu foco da cura para a prevenção, de tratamentos de curto prazo para atendimentos de longo prazo, de administração de vacinas e antibióticos para mudança de comportamentos humanos, e, principalmente, de agir sozinho para agir em conjunto com múltiplos setores e parceiros", destaca.

Outra mudança importante no cenário das doenças crônicas não transmissíveis está relacionada com o impacto da epidemia nos países mais pobres. Helen Clark, administradora do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), destacou que "por muito tempo essas doenças foram entendidas como um problema para os países desenvolvidos". "Com isso, a forma pela qual tais doenças impediram o progresso do desenvolvimento e impactaram a vida das pessoas mais pobres ainda precisa ser completamente abordada; e hoje os países de baixa e média rendas estão arcando com o ônus", acredita. De acordo com a administradora, para esses países, os custos relacionados às quatro principais doenças crônicas não

Mortes prematuras devido às DCNTs no Brasil

A probabilidade de morte, entre 30 e 70 anos, pelas quatro principais DCNTs é de 19%



transmissíveis devem exceder 7 trilhões de dólares entre 2011 e 2025, o equivalente a 500 bilhões de dólares por ano.

CÂNCER NA AGENDA

Durante a reunião, Tezer Kutluk, presidente eleito da União Internacional para o Controle do Câncer (UICC), destacou que as desigualdades também são observadas no controle de câncer e que populações de baixa e média rendas são mais afetadas pela doença. "Muitas pessoas não têm acesso às intervencões preventivas, ao tratamento e cuidado paliativo que desesperadamente necessitam. Crianças com câncer em países de alta renda têm taxas de cura em torno de 80%, mas essa taxa cai para em torno de 10% em alguns outros lugares. A saúde é um direito humano. Nós não podemos ignorar aqueles que estão com mais necessidades", defende. Para Kutluk, os governos devem assumir a responsabilidade pela resposta a essas necessidades, e a comunidade internacional deve ampliar a oferta de recursos para o enfrentamento de DCNTs, que, apesar de serem a principal causa de morte no mundo, recebem apenas 1,2% dos 31 bilhões de dólares de assistência ao desenvolvimento alocada para questões de saúde.

Ações específicas de controle de câncer ainda são pouco abordadas na agenda para enfrentamento das doenças crônicas não transmissíveis, de acordo com Andreas Ullrich. O médico afirma que, apesar de algum destaque para cuidados paliativos, implantação de registros de câncer e ações relativas ao câncer do colo do útero, a agenda de prioridades ainda é muito voltada para prevenção de fatores de

METAS E INDICADORES

Em maio do ano passado, durante a Assembleia Mundial da Saúde, um conjunto de nove metas e 25 indicadores foram adotados como forma de monitoramento das ações de controle das doenças crônicas não-transmissíveis. As metas têm o objetivo de alcançar redução de 25% da mortalidade por tais doenças até 2025. Entre os indicadores, estão as taxas de incidência por tipo de câncer, a oferta de rastreamento para câncer de colo do útero, da vacina contra o HPV, da vacina contra o vírus da hepatite B (relacionado ao câncer do fígado) e de cuidados paliativos, por exemplo.

"O crescimento econômico, a modernização e a urbanização possibilitaram a globalização de estilos de vida pouco saudáveis. Fatores de risco para doenças não transmissíveis estão se tornando parte do próprio tecido da sociedade moderna"

MARGARET CHAN, diretora-geral da OMS

risco, o que não é suficiente para o controle do câncer. "Apesar disso, estou muito confiante de que com a própria demanda que virá dos países no momento de implantação de seus planos de enfrentamento, esse espaço para o câncer será ampliado", acredita. Andreas considera que a inclusão do câncer em uma agenda prioritária para o desenvolvimento dos países representa uma grande oportunidade para que seja possível conseguir recursos técnicos e financeiros adicionais tão necessários para responder a uma questão complexa como é.

Como um dos resultados da reunião, a Organização Mundial da Saúde irá preparar um modelo de ação para os países, em conjunto com diversos parceiros. Além disso, a OMS também deve estabelecer um sistema para registrar e publicar contribuições do setor privado, filantrópico e da sociedade civil. Margaret Chan destacou a necessidade do esforço coletivo para o enfrentamento das doenças crônicas não transmissíveis e do comprometimento político para orquestrar a ampla colaboração necessária para um avanço substancial. "O setor saúde suporta o peso dessas doenças, mas tem pouco controle sobre suas causas. Nós podemos tratar doenças, mas não podemos redesenhar ambientes sociais para promover estilos de vida saudáveis", diz a diretora-geral. Ficou definido que em 2018 a Assembleia Geral nas Nações Unidas deverá realizar uma nova Reunião Plenária de Alto Nível para avaliar os avanços alcançados neste campo.